

REDUZIR O  
TAMANHO  
DO DF OU  
DE SALOJAR O  
PT DE BRASÍLIA

# MINI DF

**O PRESIDENTE** Fernando Henrique Cardoso disse ao senador Francisco Escórcio (PFL-MA) que Brasília é um dos grandes problemas que seu governo enfrenta, uma vez que são cada vez maiores as despesas com a manutenção da cidade, em sua maior parte bancadas pelo governo federal.

Escórcio foi ao Palácio do Planalto, em companhia do senador Édison Lobão (PFL-MA), expor ao Presidente sua idéia, já transformada em Proposta de Emenda Constitucional, de reduzir a área territorial do Distrito Federal dos atuais 5.800 quilômetros para mil e duzentos quilômetros, anexando o restante a Goiás ou criando um novo Estado, de acordo com os resultados de plebiscito a ser realizado.

O Presidente recomendou que o senador procurasse o Ministro da Justiça, Nelson Jobim, para verificar as implicações jurídicas da pretendida transformação. Depois de ler a emenda constitucional, o ministro Nelson Jobim tomou-se de entusiasmo pela idéia, que qualificou de "fantástica", um verdadeiro ovo de Colombo. Jobim afirmou que o Governo Federal repassa recursos para o governo do DF sustentar as áreas de segurança, saúde e educação, mas não tem qualquer poder de ingerência sobre a Polícia Militar, que é responsável pela segurança do Presidente e do governo. Jobim achou que a idéia de Escórcio constitui uma solução para o problema do "inchamento" do Distrito Federal.

## REDUÇÃO

Segundo a Proposta de Emenda Constitucional do senador maranhense, "a área do Distrito Federal, definida pela

Lei 2.874, de 19.9.56, fica reduzida ao perímetro compreendido pelo Plano Piloto, Núcleo Bandeirante, Cruzeiro, Lago Sul, Lago Norte, Candangolândia, Guará e Paranoá até a DF-130". Estabelece, ainda, que as Regiões Administrativas desmembradas do Distrito Federal são transformadas em municípios, mantidos os seus limites territoriais.

Decreto Legislativo do Congresso Nacional determinará a convocação de consulta plebiscitária à população das cidades-satélites do Gama, Taguatinga, Brazlândia, Sobradinho, Planaltina, Ceilândia, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Recanto das Emas, Riacho Fundo e parte de Paranoá: dos municípios de Buritis, Formoso e Unaí, em Minas Gerais; e Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Alvorada do Norte, Buritinópolis, Cabeceiras,

Cidade Ocidental, Cocalzinho, Corumbá de Goiás, Cristalina, Damianópolis, Flores de Goiás, Formosa, Luziânia, Mambá, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, São João da Aliança, Simolândia, Sítio d'Abadia, Valparaíso de Goiás e Vila Boa em Goiás".

A deliberação popular definirá a preferência da população aí residente e diretamente interessada para:

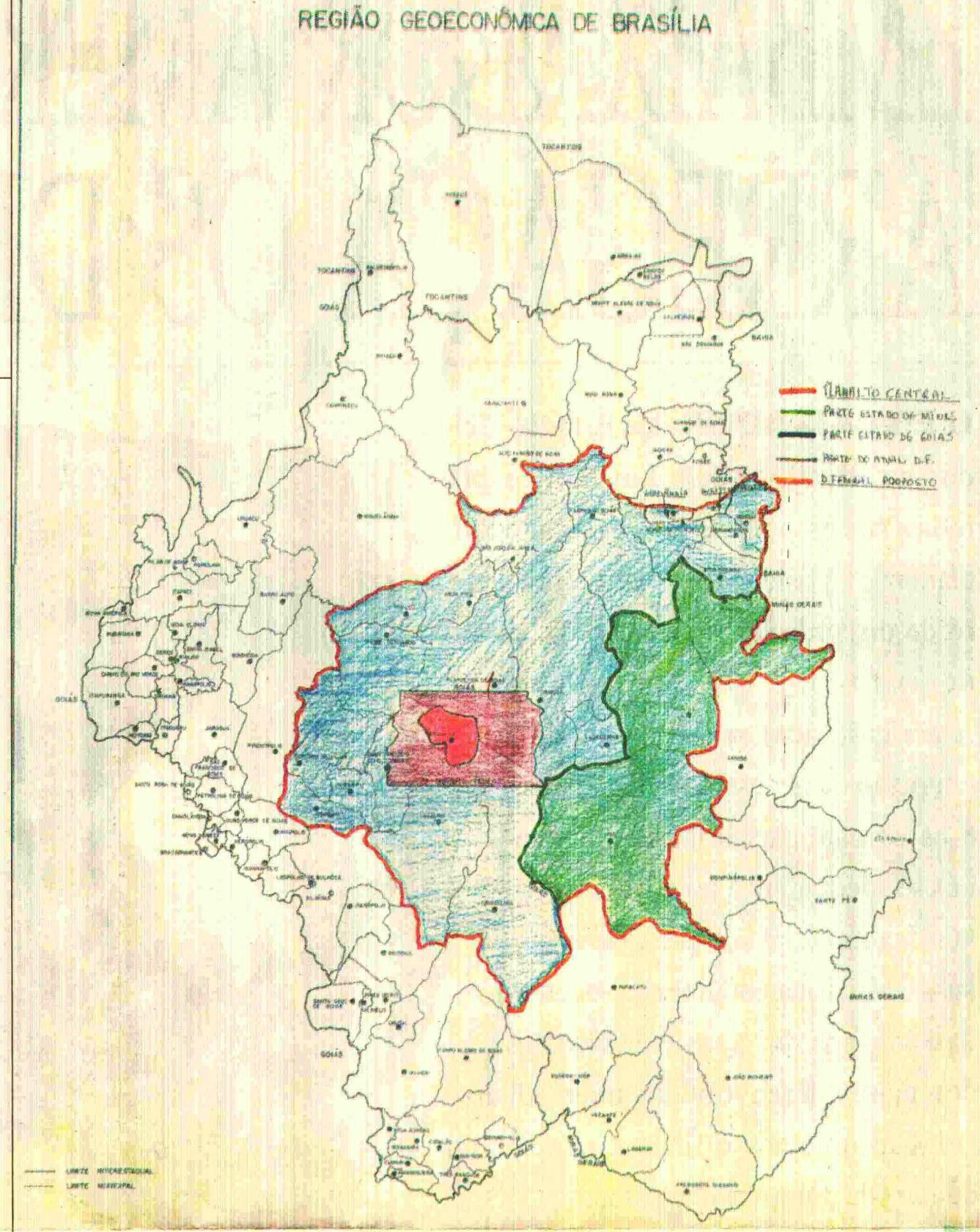
I – No caso das cidades-satélites, opção pela incorporação ao Estado do Planalto Central, a ser criado, ou pela anexação ao Estado de Goiás;

II – No caso dos municípios referidos, se permanecem como estão ou se se incorporam ao futuro Estado do Planalto Central.

Estabelece a emenda que a aprovação de, pelo menos, metade mais um da população votante, considerando o conjunto das regiões referenciadas, ensejará a criação do Estado do Planalto Central, cuja capital será a cidade de Taguatinga, advertindo que a instalação dar-se-á no dia primeiro de janeiro de 1999, com a posse do Governador, do vice-Governador e dos deputados estaduais eleitos em 1998. Os deputados federais e estaduais do novo estado serão eleitos em 1998, "concomitantemente com as demais unidades da Federação".

Os mandatos dos senadores eleitos pelo atual Distrito Federal, com a duração até 31 de janeiro de 2003, serão cumpridos plenamente pelos titulares ou eventuais substitutos, na condição de representantes transitórios e únicos do novo Distrito Federal. Na eleição prevista para 1998, dispõe, ainda, a mesma emenda constitucional, o mandato do senador eleito mais votado terá a duração de oito anos e os dos outros dois de quatro anos.

Lei Complementar, de iniciativa do Presidente da República e aprovada pelo Congresso Nacional, definirá as normas e critérios a serem regidos na criação do Estado do Planalto Central. A União transferirá ao Estado do Planalto Central, pelo prazo de 10 anos, parte dos recursos financeiros entregues ao Distrito Federal no exercício imediatamente anterior à instalação do novo Estado.



## INCHAÇO

Na justificativa de sua PEC, o senador maranhense reconhece que Brasília, hoje, "é irreversível, está definitivamente consolidada, cumprindo todas as esperanças de seus idealizadores, promovendo o desenvolvimento do Planalto Central e disseminando o progresso". Adverte que, entretanto, "seu crescimento foi muito maior do que o previsto, com altíssimas taxas de correntes migratórias, estando só o Distrito Federal com população superior a 1.800.000 habitantes, praticamente cinco vezes maiores do que preveram seus criadores".

Algo precisa ser feito – proclama Escórcio na sua justificativa – medidas precisam ser tomadas, há a necessidade urgente de se repensar Brasília, sob pena de ser desperdiçado todo o esforço de gerações passadas com a perda da qualidade de vida, falta de empregos, saturamento dos serviços públicos, insegurança da população e, finalmente, elevadíssimos custos para todos os brasileiros, com a constante e sempre crescente transferência de recursos financeiros para viabilizar a sua sobrevivência, em níveis satisfatórios de vida. Se nada for feito podemos ter a certeza de que, no futuro, será atribuída à nossa geração a responsabilidade de não termos enfrentado o problema com coragem, criatividade, imaginação e audácia".

Em seguida, lembra que, em 1960, ano de inauguração da Capital, Brasília tinha 58.000 habitantes e o Distrito Federal 127.000 habitantes, ou seja, 46% da população estavam no Plano Piloto. Em 1970, Brasília tinha 156.000 e o Distrito Federal 524.000 habitantes, ou seja, somente 30% da população estavam no Plano Piloto. "As expectativas são de que, no ano 2000, Brasília tenha 300.000 habitantes e o Distrito Federal 2.100.000 habitantes, ou seja, apenas 14% da população estarão no Plano Piloto" – assinala a justificativa.

Argumenta que "a evolução da população do Distrito Federal cresce em proporção muito superior a do Plano Piloto (Brasília), evidenciando a urgente necessidade de expansão do seu território espacial, com o grande objetivo de se promover a instalação de grandes e mé-

dias indústrias, agroindústrias, que se constituirão em novos pólos de desenvolvimento do Planalto Central, produzindo o progresso, novas fontes de receitas, novas escolas, novos hospitais, com a oferta de novos empregos, redução dos gastos públicos que poderão ser convertidos em investimentos, etc."

A Brasília caberia tão-somente as funções de Capital do Brasil, abrigando os Poderes da República e as Missões Diplomáticas. Escórcio sustenta que o atual Distrito Federal "é um ente federativo de duvidosa viabilidade econômico-financeira, enquanto a população dos municípios circunvizinhos vive à margem de qualquer política pública mais consistente: o Governo do Distrito Federal não tem competência legal para atendê-los, enquanto os governos dos Estados de Goiás e Minas Gerais parecem considerar esta população vinculada ao DF, não lhe dedicando a devida prioridade".

## CONTRA O PT

A emenda do senador maranhense não muda o quadro social inquietante criado por uma migração estimulada por políticos desejosos de criarem currais eleitorais em torno do Distrito Federal. Na verdade, altera formalmente a configuração territorial, reduzindo, de forma drástica, as atuais dimensões do Distrito Federal e anexando as cidades-satélites e municípios do Entorno a Goiás ou criando o novo Estado. Dizemos formalmente porque as populações miseráveis que hoje vivem nessa região continuarão a gravitar em torno do Distrito Federal.

Esse súbito interesse do presidente da República pela emenda do senador Francisco Escórcio não esconderia o objetivo de desalojar o PT da política do Distrito Federal? Fernando Henrique e o Ministro da Justiça, Nelson Jobim, queixam-se de que o Distrito Federal consome uma massa cada vez maior de recursos da União, enquanto o governo federal não detém qualquer tipo de influência nem sobre a Polícia Militar, à qual cabe zelar pela segurança do presidente e de seus auxiliares. Incomodados pela presença de um governador do PT não estariam articulando uma forma de despejar o parti-

do dessa área? Não esquecer que a redução territorial visa principalmente abolir a autonomia política, uma vez que acabará a representação com a representação política, enquanto o governador, mero prefeitinho, será nomeado.

O governo federal está obrigado por disposições constitucionais a repassar recursos para garantir a prestação de serviços nas áreas de educação, saúde e segurança, uma vez que a receita gerada com a arrecadação de impostos na área do Distrito Federal não é suficiente para garantir a sua sobrevivência. Alterar o tamanho da área territorial não resolve a explosiva situação social criada por uma população na qual predomina, majoritariamente, uma mão-de-obra desqualificada e onde se localiza uma massa de 130 mil desempregados crônicos.

O deputado Fernando Lyra (PSB-DF), ao analisar o inquietante problema social criado em torno de Brasília, alertava que esses milhares de desempregados não são, na verdade, desempregados. "Eles nunca tiveram empregos", dizia Lyra, argumentando que a esmagadora maioria desses migrantes é composta de agregados de fazendas que nunca tiveram salários e que foram atraídos pelas promessas de uma vida melhor no Distrito Federal, a partir da conquista de lotes. O problema é que aqui não há como empregar essa enorme massa populacional.

Caberá ao governo conceber formas de oferecer meios de sobrevivência a essas milhares de pessoas. O governador Cristovão Buarque já implantou programas de treinamento e aperfeiçoamento de mão-de-obra, enquanto o BRB foi acionado para estabelecer linhas de crédito para financiar desde a compra de máquina de costura a cavalos para carroça, numa inovação que se inspira na experiência de bancos do povo criados pela social democracia europeia. Talvez a massa de recursos disponíveis ainda não seja suficiente para garantir uma mudança substancial do panorama, a curto e médio prazos. O governo federal poderia ajudar a aumentar o volume do dinheiro empregado na única maneira correta de resolver o problema do desemprego nessa área.